

BALANÇO

Contribuinte: 502816872

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.3 e 5	1.422.309,93 €	473.190,02 €
Bens do património histórico e artístico e cultural		- €	- €
Propriedades de investimento		- €	- €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros	3.2.6 e 17.1	5.279,47 €	3.498,68 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		- €	- €
		1.427.589,40 €	476.688,70 €
Activo corrente			
Inventários	3.2.7 e 9	1.058,92 €	769,18 €
Clientes e Utentes	3.2.10 e 17.3	10.568,79 €	9.377,61 €
Adiantamentos a fornecedores		- €	- €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.9 e 17.2	973,71 €	1.648,98 €
Outras contas a receber	3.2.10 e 17.4	23.566,27 €	84.296,00 €
Diferimentos	3.1.2 e 17.5	6.382,36 €	2.039,51 €
Outros activos financeiros	3.2.11 e 17.6	- €	- €
Caixa e depósitos bancários	3.2.12 e 17.7	300.840,08 €	266.981,47 €
		343.390,13 €	365.112,75 €
		1.770.979,53 €	841.801,45 €
Total do activo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.14 e 17.8	55.262,98 €	55.262,98 €
Excedentes técnicos		- €	- €
Reservas	17.8	82,49 €	82,49 €
Resultados transitados	3.2.14 e 17.8	652.918,04 €	408.737,26 €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.14 e 12 e 17.8	408.810,36 €	247.146,40 €
		1.117.073,87 €	711.229,13 €
Resultado líquido do período	18	- 65.431,93 €	- 9.819,22 €
Total do fundo de capital		1.051.641,94 €	701.409,91 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.2.15	- €	- €
Provisões específicas		- €	- €
Financiamentos obtidos	3.2.16	- €	- €
Outras contas a pagar		583.728,28 €	- €
		583.728,28 €	- €
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.13 e 17.9	8.330,70 €	6.891,11 €
Adiantamentos de Clientes		- €	- €
Estado e outros entes públicos	17.10	13.774,75 €	14.024,42 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		- €	- €
Financiamentos obtidos		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Outras contas a pagar	17.11	113.503,86 €	119.476,01 €
Outros passivos financeiros	17.12	- €	- €
		135.609,31 €	140.391,54 €
Total do passivo		719.337,59 €	140.391,54 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.770.979,53 €	841.801,45 €

Direcção

Luisa Fernandes
Maria Lucia Sebastião
Rita Brumalho
Maria Adelaide Góis

Contabilista Certificado

228375

ASSOC. CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Contribuinte: 502816872

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10.1	442.435,88 €	429.445,75 €
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	454.487,16 €	532.861,42 €
Variação nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	89.472,70 €	82.312,18 €
Fornecimentos e serviços externos	17.14	199.408,51 €	259.516,35 €
Gastos com o pessoal	15	644.004,11 €	620.486,84 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Provisões específicas (aumentos/reduções)		- €	- €
Outras imparidades (perdas/reversões)	17.6	- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	12 e 17.15	14.164,45 €	12.815,74 €
Outros gastos e perdas	17.16	2.838,24 €	729,21 €
Resultado antes de depreciações, gastos de		- 24.636,07 €	12.078,33 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	42.202,63 €	24.723,33 €
Resultado operacional (antes de gastos de		- 66.838,70 €	- 12.645,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	1.406,77 €	2.825,78 €
Juros e gastos similares suportados		- €	- €
Resultados antes de impostos		- 65.431,93 €	- 9.819,22 €
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.17 e 14	- €	- €
Resultado líquido do período		- 65.431,93 €	- 9.819,22 €

Direcção
Fábio Fernandes

Maria Luísa Sebastião
Raíta Ribeiro
Thiago António Silva Costa
Maria Adelaide Silva

Contabilista Certificado
cc 8345

ASSOC. CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502816872

(Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.18	645.879,91 €	631.862,96 €
Pagamentos de subsídios		- €	- €
Pagamentos de apoios		- €	- €
Pagamentos de bolsas		- €	- €
Pagamentos a fornecedores		- 136.845,00 €	- 213.000,78 €
Pagamentos ao pessoal		- 622.395,00 €	- 593.771,46 €
Caixa gerada pelas operações		- 113.360,09 €	- 174.909,28 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Outros recebimentos/pagamentos		270.811,93 €	189.427,76 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		157.451,84 €	14.518,48 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5	- 20.000,00 €	- €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros			
Outros activos		- 579.000,00 €	- 275.000,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		- €	- €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros activos		474.000,00 €	250.000,00 €
Subsídios ao investimento		- €	- €
Juros e rendimentos similares	17.17	1.406,77 €	2.782,96 €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 123.593,23 €	- 22.217,04 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realização de fundos		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamentos		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares		- €	- €
Dividendos		- €	- €
Redução de fundos		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		- €	- €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		33.858,61 €	7.698,56 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		266.981,47 €	274.680,03 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.2.11	300.840,08 €	266.981,47 €

Direcção

*Rita Reisinha
António Fernandes
Henrique António da Silva Coelho
Maria Cecília Sebastião
Maria Adelaide N.C.D. Silva*

Contabilista Certificado

*P
cc 8375*

*Recebido
+
H
Adelaide*

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE

Anexo - 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Ativos Intangíveis.....	12
7	Locações	13
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
9	Inventários	13
10	Réido.....	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	14
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	14
14	Imposto sobre o Rendimento	14
15	Benefícios dos empregados	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
17	Outras Informações	15
17.1	Investimentos Financeiros	15
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
17.3	Clientes e Utentes.....	16
17.4	Outras contas a receber.....	17
17.5	Diferimentos	17
17.6	Outros Ativos Financeiros	17
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	17
17.8	Fundos Patrimoniais	18
17.9	Fornecedores	18
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	19
17.11	Outras Contas a Pagar.....	19
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	20
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	20
17.14	Fornecimentos e serviços externos	20
17.15	Outros rendimentos.....	21
17.16	Outros gastos	22
17.17	Resultados Financeiros	22
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	23
18	Considerações Finais	23

B
I
K
R
W
Relatório

1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 76 de 30 de Março, Série III, com sede em Rua do Município Bloco 97 r/c Dto. 8400-621 Parchal.

Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promover a solidariedade e a acção social da população inscrita na área de influência do concelho de Lagoa, nomeadamente:
 - Protecção à infância
 - Apoio às crianças e aos jovens
 - Protecção da terceira idade através da criação de estruturas para esse efeito
 - Apoio à família
 - Integração social e comunitária das populações
 - Promoção de actividades de tempos livres para os seus associados e familiares

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais"

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projectar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve reflectir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transacções e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um activo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transacção ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direcção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	1 a 6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	---
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Activos fixos tangíveis	1 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem, estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerce o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma

avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo de aquisição. Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.9 Fundadores/beneméritos/patrocínadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocínadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

3.2.10 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

3.2.11 Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.12 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.13 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.14 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.15 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.16 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advêm dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.17 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não detém "Activos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui "Bens do património histórico, artístico e cultural".

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	52.146,40€					52.146,40€
Edifícios e outras construções	482.874,05€	30.104,00€				512.978,05€
Equipamento básico	89.788,89€					89.788,89€
Equipamento de transporte	77.466,40€					77.466,40€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	46.207,75€					46.207,75€

Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	749.114,96€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	779.218,96€
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00€					0,00€
Edifícios e outras construções	95.691,32€	14.297,10€				109.988,42€
Equipamento básico	82.684,37€	3.746,32€				86.430,69€
Equipamento de transporte	56.090,70€	6.679,91€				62.770,61€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	46.207,75€					46.207,75€
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00€					0,00€
Total	280.674,14€	24.723,33€	0,00€	0,00€	0,00€	305.397,47€

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	52.146,40€	68.665,96€				120.810,36€
Edifícios e outras construções	512.978,05€	859.888,16€				1.372.866,21€
Equipamento básico	89.788,89€	924,54€				90.713,43€
Equipamento de transporte	77.466,40€					77.466,40€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	46.207,75€	1.906,50€				48.114,25€
Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	779.218,96€	931.385,16€	0,00€	0,00€	0,00€	1.710.602,12€
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00€					0,00€
Edifícios e outras construções	109.988,42€	31.667,65€				141.656,07€
Equipamento básico	86.430,69€	3.473,77€				89.904,46€
Equipamento de transporte	62.770,61€	6.679,91€				69.450,52€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	46.207,75€	381,30€				46.589,05€
Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	306.028,94€	42.202,63€	0,00€	0,00€	0,00€	348.231,57€

Em 2017 constatou-se por parte da entidade Cooperativa Chelagoense, a doação de um lote de terreno, sito na Bela Vista, destinado à construção de prédio de espécie “Outros”.

Em 2017 verificou-se a aquisição do edifício sede, instalações imprescindíveis ao funcionamento das actividades diárias nas diversas valências que a instituição proporciona.

O imóvel composto por 4 fracções destina-se a:

- * Fracção A – Centro de Actividades de Tempos Livres
- * Fracção B – Escritórios e salão desportivo
- *Fracção C – Creche
- * Fracção D – Pavilhão Desportivo

Propriedades de Investimento

A instituição não possui “Propriedades de Investimento”.

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não possui “Activos Intangíveis” do domínio público.

Outros Activos Intangíveis

A Entidade não detém "Outros Activos Intangíveis".

7 Locações

A Entidade não detém activos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A Instituição não usufrui de empréstimos.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00	0,00€
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.743,22€	82.146,19€	-808,05€	769,18€	90.454,30€	-691,86€	1.058,92€
Produtos acabados e intermédios	0,00€		0,00€	0,00€		0,00	0,00€
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00€		0,00€	0,00€		0,00	0,00€
Produtos e trabalhos em curso	0,00€		0,00€	0,00€		0,00	0,00€
Total	1.743,22€	82.146,19€	0,00€	769,18€	90.454,30€	0,00	1.058,92€
 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				82.312,18€			89.472,70€
Variações nos inventários da produção				0,00€			0,00€

O custo total com a alimentação dos utentes, durante o exercício de 2017 foi no valor de 89.472,70€.

Esta rubrica contempla as refeições de almoço e lanches das valências de Creche, Jardim de infância, ATL, Prolongamento e Protocolos com o Município de Lagoa, referente à prestação de serviços de refeições a dois Jardins de Infância e uma Escola Básica do 1º ciclo.

Verifica-se que esta rubrica teve um aumento face ao ano anterior. Justifica-se esta variação devido ao habitual aumento dos géneros alimentares e à qualidade que pretendemos impor nos nossos refeitórios.

Mantemos o desafio do programa das Férias Desportivas, que abraça um considerável número de utentes nos meses de Julho e Agosto.

Justifica-se o valor apurado que contempla:

- "Refeitório 1" localizado na nossa instituição, fornece as almoços e lanches diariamente aos nossos utentes, aos alunos do "Jardim-de-infância Parchal 2" e ao programa das Férias Desportivas, e,
- a gestão do "Refeitório 2" que aprovisiona as refeições aos alunos do "Jardim de Infância Parchal 1", e à "Escola do Ensino Básico do 1º ciclo do Parchal" assim como aos respectivos docentes e discentes.

10 Rérito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00€	0,00€
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utentes	441.781,28€	428.752,75€
Quotas e joias	654,60€	693,00€
Total	442.435,88€	429.445,75€

10.1 Prestações de Serviços

Rubrica que considera as quotizações dos sócios e as mensalidades dos utentes que frequentam as diversas valências existentes na instituição. Verifica-se um acréscimo face ao ano anterior devido ao aumento do número de utentes nas diversas valências.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentesProvisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não ocorreu a constituições de provisões.

Activos e Passivos contingentes

Nada a considerar

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Câmara Municipal Lagoa – Creche (2005)	190.000,00€	195.000,00€
Câmara Municipal Lagoa – Bloco 97 (2017)	98.000,00€	0,00€
Apoios do Governo		
Total	288.000,00	195.000,00€

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são reconhecidos nas “Outras variações de fundos patrimoniais”.

Reconhece-se o subsídio ao investimento atribuído em 2005, destinado à construção do edifício da creche registado na conta do activo em “Edifícios e outras construções”.

Reconhece-se em 2017 o subsídio ao investimento, destinado a aquisição do edifício sede - Bloco 97.

Os valores são reconhecidos como rérito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados, e de acordo com a vida útil dos mesmos.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável. A instituição está isenta de IRC conforme Nota 3.2.15.

Descrição	2017	2016
-----------	------	------

IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00€	0,00€

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respectivamente "13" e "13".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "54" e em 31/12/2016 foi de "53".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00€	0,00€
Remunerações ao pessoal	527.732,11€	512.590,17€
Benefícios Pós-Emprego	323,49€	0,00€
Indemnizações	660,00€	636,00€
Encargos sobre as Remunerações	106.948,75€	100.378,33€
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.301,62€	4.182,98€
Gastos de Ação Social	0,00€	5,00€
Outros Gastos com o Pessoal	3.038,14€	2.694,36€
Total	644.004,11€	620.486,84€

Com um valor médio de 54 funcionários ao serviço da instituição, verifica-se que esta rubrica reflecte 66% dos gastos totais da instituição. Pela dinâmica da instituição, pelas actividades que disponibiliza, pela quantidade de utentes, pela qualidade que oferece, e pelos protocolos que celebra, inevitavelmente verifica-se a necessidade de manter um numeroso quadro de pessoal.

SMN em 2016 = 530,00€ SMN em 2017 = 557,00€

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão dos restantes valores registados nas demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00€	0,00€
Método de Equivalência Patrimonial	0,00€	0,00€
Outros Métodos	0,00€	0,00€
Investimentos em associadas	0,00€	0,00€
Método de Equivalência Patrimonial	0,00€	0,00€
Outros Métodos	0,00€	0,00€
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00€	0,00€
Método de Equivalência Patrimonial	0,00€	0,00€
Outros Métodos	0,00€	0,00€
Investimentos noutras empresas	0,00€	0,00€
Outros investimentos financeiros	5.279,47€	3.498,68€
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00€	0,00€
Total	5.279,47€	3.498,68€

93
R. RL
V. W.
Adelaide

Esta rubrica compreende dois investimentos financeiros: FRSS e FCT/FGCT

a) - FRSS (Fundo de Reestruturação Sector Social): o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS) destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

b) - FCT (Fundo Compensação do Trabalho): é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

- FGCT (Fundo de Garantia do Trabalho) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerida por um Conselho de Gestão. É um fundo mutualista, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e que visa a concretização da garantia conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de Agosto.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos, relativamente a quotas de sócios devedores:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	973,71€	1.648,98€
Doadores - em curso	0,00€	0,00€
Patrocinadores	0,00€	0,00€
Quotas	0,00€	0,00€
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00€	0,00€
Outras operações	0,00€	0,00€
Perdas por imparidade	0,00€	0,00€
Total	973,71€	1.648,98€
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00€	0,00€
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00€	0,00€
Resultados disponíveis	0,00€	0,00€
Outras operações	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	10.568,79€	9.377,61€
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	10.568,79€	9.377,61€

Distingue-se os utentes como sendo os utilizadores que diariamente frequentam a nossa instituição durante o exercício económico. Verba considerável na rubrica de utentes, que por razões económicas não conseguiram regularizar as mensalidades durante o exercício de 2017. Nos períodos de 2017 e 2016 não foram registadas “Perdas por Imparidade”:

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00€	0,00€
Adiantamentos ao pessoal	0,00€	0,00€
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00€	0,00€
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00€	0,00€
Outras operações	0,00€	0,00€
Outros Devedores	23.566,27€	84.296,00€
Perdas por Imparidade	0,00€	0,00€
Total	23.566,27€	84.296,00€

Destacam-se os montantes relativos aos seguintes devedores:

- Célia Santos: devido ao desvio de verbas por parte da ex-funcionária, cuja sentença já foi proferida a favor da instituição, aguardamos o respectivo pagamento.
- Município de Lagoa: Referentes ao exercício de 2016, constavam verbas protocoladas, cujo fluxo de caixa se registou em 2017.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.382,36€	2.039,51€
Total	6.382,36€	2.039,51€
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00€	0,00€

Os saldos registados a reconhecer são referentes a gastos com seguros que compreendem dois exercícios económicos. Conforme a periodização económica, estes gastos são registados nos períodos a que respeitam.

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, “Outros investimentos financeiros.”

Descrição	2017	2016
Total	0,00€	0,00€

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.906,82€	1.780,14€
Depósitos à ordem	39.933,26€	50.201,33€
Depósitos a prazo	259.000,00€	215.000,00€
Outros		
Total	300.840,08€	266.981,47€

Verifica-se em 2017 face a 2016, um aumento das disponibilidades, os motivos subjacentes a este facto encontram-se justificados nos vários pontos deste anexo, nomeadamente nos subsídios, nos réditos entre outros.

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	55.262,98€	0,00€	0,00€	55.262,98€
Excedentes técnicos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Reservas	82,49€	0,00€	0,00€	82,49€
Resultados transitados	408.737,26€	254.000,00€	9.819,22€	652.918,04€
Excedentes de revalorização	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras variações nos fundos patrimoniais	247.146,40€	168.663,96€	7.000,00€	408.810,36€
Total	711.229,13€	422.663,96€	16.819,22€	1.117.073,87€

Na rubrica de Resultados Transitados, regista-se:

- Resultado líquido transitado de 2016 no valor de 9.819,22€ (negativos)

- Além do item anterior, e ainda enquadrada nesta rubrica regista-se uma regularização de natureza excepcional. Prende-se com eventos verificados em anos anteriores, mas que indubitavelmente são imputados ao ano em questão, e que assumem relevo na informação veiculada nas demonstrações financeiras. Com efeito, não seria curial que regularizações desta natureza pudessem influenciar o resultado do exercício em questão.

Assim, de acordo com o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) na sequência da aquisição do edifício sede (bloco 97) foi considerado como parte do pagamento do referido imóvel as verbas liquidadas em anos transactos relativamente às rubricas de rendas, prestação de serviços de manutenção e prestação de serviços administrativos à Instituição Cooperativa Chelagoense, entidade proprietária do imóvel adquirido pela Associação.

Os montantes liquidados durante os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, relativamente às rubricas anteriormente mencionadas foram considerados como pagamento parcial do imóvel.

Procedeu-se à respectiva correção do valor de 254.000,00€ em Resultados Transitados por contrapartida de Fornecedores de imobilizado.

Na rubrica de "Outras variações nos fundos patrimoniais" regista-se:

- Registo do subsídio atribuído pelo Município de Lagoa, para a aquisição do edifício sede bloco 97 (2017), no valor de 100.000,00€

- Registo do terreno doado pela Cooperativa Chelagoense, sendo debitada a classe do activo por crédito de Outras Variações Patrimoniais", no valor de 68.663,96€

- Reconhecimento da imputação anual do subsídio atribuído para a construção da creche Chebebe em 2005, no valor de 5.000,00€

- Reconhecimento da imputação anual do subsídio atribuído para a aquisição do edifício sede bloco 97 em 2017, no valor de 2.000,00€

17.9 Fornecedores

Fornecedores de bens alimentares, tendo em conta o fluxo de movimento relacionado com os refeitórios, considera-se montante aceitável. O valor em questão diz respeito a facturas de Novembro e Dezembro de 2017 que serão pagas em Janeiro de 2018.

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	8.330,70€	6.891,11€
Fornecedores títulos a pagar	0,00€	0,00€
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00€	0,00€
Total	8.330,70€	6.891,11€

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00€	0,00€
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00€	0,00€
Outros Impostos e Taxas	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00€	0,00€
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00€	0,00€
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.701,00€	2.167,00€
Segurança Social	11.908,40€	11.709,74€
Outros Impostos e Taxas	165,35€	147,68€
Total	13.774,75€	14.024,42€

Declara-se que não existem dívidas em mora à autoridade tributária ou à segurança social. Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, correspondem ao FCT, à retenção na fonte, e contribuições referentes a dezembro, e cujo pagamento se efectua em janeiro de 2018.

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00€		0,00€
Cauções		0,00€		0,00€
Outras operações		0,00€		0,00€
Perdas por imparidade acumuladas		0,00€		0,00€
Fornecedores de Investimentos		583.728,28€		0,00€
Credores por acréscimo de gastos		83.589,75€		79.874,06€
Outros credores		29.914,11€		39.601,95€
Total	0,00€	697.232,14€	0,00€	119.476,01€

- Fornecedores de Investimentos: Regista o saldo em dívida à Cooperativa Chelagoense, na sequência da aquisição do edifício sede (bloco 97). Conforme o acordado o pagamento será efectuado em 12 anos, com uma prestação anual a liquidar no mês de Junho.

- Credores por acréscimo de gastos: Rubrica que regista os montantes de gastos atribuíveis ao período em curso, mas cujo vencimento efectivo ou pagamento ocorrem em períodos subsequentes, especificamente o vencimento de férias e respectivo sub. de férias relativo ao ano de 2017.

- Outros credores destaca-se: - Semanticloft, fornecedor referente à prestação do serviço de construção e remodelação do novo berçário.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

Com um contributo de 50% dos rendimentos, estas comparticipações financeiras são provenientes de diversas entidades. Os subsídios de maior relevância são oriundos da Segurança Social e do Município de Lagoa.

Mantendo-se o protocolo existente entre a instituição e a Segurança Social, verifica-se uma comparticipação global de 22,4% referente às valências de Creche, Actividades de Tempos Livres c/extensão de horário e Centro de Convívio de Idosos.

É com firmeza e confiança que anualmente se reforça a parceria entre a nossa Instituição e o Município de Lagoa, tendo em conta a colaboração entre ambas as entidades, verifica-se que 25% dos rendimentos globais da instituição são provenientes do Município. Pela dimensão e pela organização que a Instituição revela, o Município de Lagoa oficializa protocolos de diversas naturezas, tais como, prolongamento de horário para o ensino pré-escolar, o serviço de refeições para 2 estabelecimentos de pré-escolar e 1 estabelecimento de 1º ciclo, o programa de Fundo de Emergência Social (FES), o Gabinete de Apoio Social de Proximidade (GASP), desenvolvimento desportivo, actividades séniores, etc..

Pela dinâmica da instituição e pela quantidade de utentes, compete-nos a gestão de um vasto quadro de pessoal, desta forma, a parceria com o IEFP com o benefício de medidas de estímulos são um contributo valioso para colmatar necessidades de empregabilidade.

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
ISS, IP – Centro Distrital da Segurança Social	204.452,52€	200.595,29€
Subsídios de outras entidades		
Município de Lagoa	229.136,13€	295.093,77€
IEFP	17.972,63€	28.643,51€
Outras entidades	2.212,00€	5.063,22€
Doações e heranças	713,88€	3.465,63€
Legados	0,00€	0,00€
Total	454.487,16€	532.861,42€

17.14 Fornecimentos e serviços externos

Até 2012 uma considerável parte da actividade da nossa instituição funcionou e usufruiu de recursos humanos, materiais, apoio logístico e instalações pertença da entidade Cooperativa de Habitação Económica Lagosense, CRL. Pela actividade que exercia e pela sua dimensão a Cooperativa em questão sempre cedeu recursos essenciais ao funcionamento elementar da ACD Che Lagoense. Este suporte apesar de imperceptível era visível nos resultados positivos apresentados.

Devido à conjuntura e à recessão que se verificou, ficou insuportável a Cooperativa continuar a prestar o incondicional apoio. Presentemente a Associação tem de assumir os seus gastos reais, e diariamente a direcção esforça-se para assegurar uma gestão prudente.

Em 2017 evidencia-se:

Deslocações, estadas e transportes:

➤ Deslocações e estadas de utentes: Contemplam as deslocações e estadas dos utentes da instituição para as diversas actividades programadas ao longo do ano lectivo. Evidencia-se as deslocações dos atletas nas valências de badminton, que em representação da instituição se deslocam a treinos, torneios e campeonatos, a nível nacional e internacional. Pelo

desenvolvimento desportivo, pelo prestígio, pelo empenho dos atletas em representação da associação, a instituição assume e sempre assumiu os gastos desta natureza.

➤ Transporte de utentes: Contratação de um serviço externo para o transporte da considerável quantidade de utentes provenientes apenas do pré-escolar e da Escola Básica do 1º ciclo de Ferragudo. Relativamente às restantes escolas o transporte é assegurado pelas carrinhas da instituição com os respectivos gastos inerentes.

Serviços Diversos

➤ Rendas: Em 2016 o valor contemplado nesta rubrica era relativo ao espaço cedido para actividades das valências de ATL, Prolongamento, CCI, valências desportivas, e apoio administrativo. Estes espaços contemplavam 3 fracções, totalizando uma área de 800 m² que inclui salas de actividades, 1 pavilhão, 1 sala de ginástica e escritórios. Em 2017 a ACD adquiriu os espaços mencionados através da aquisição do edifício sede-bloco 97. Futuramente deixa de se registar o gasto associado à rubrica de rendas. Salienta-se que os valores pagos no passado relativamente à rubrica de rendas, revertem a favor da aquisição do edifício.

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00€	0,00€
Serviços especializados	48.740,71€	63.218,89€
Materiais	19.848,85€	21.978,05€
Energia e fluidos	23.526,02€	21.564,58€
Deslocações, estadas e transportes	53.420,33€	68.337,51€
Serviços diversos	53.872,60€	84.417,32€
Total	199.408,51€	259.516,35€

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos *	14.164,45	12.815,74
Total	14.164,45	12.815,74

* Desdobramento da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”:

Nota	Descrição	2017	2016
	Outros rendimentos e ganhos		
17.15.1	Correcções relativas a exercícios anteriores	3.613,43	3.567,85€
17.15.2	Imputação de subsídios	7000,00€	5.000,00€
17.15.3	Reembolsos	310,00€	717,83€
17.15.4	FES – cabazes alimentares	3.240,00€	3.530,00€
17.15.5	Outros não especificados	1.02€	0,06€
	Total	14.164,45€	12.815,74€

17.15.1 Correcções relativas a exercícios anteriores

Correcção relativa ao reembolso de 50% do valor do IVA, relativamente a faturas assumidas em bens alimentares durante o exercício de 2016.

93
2.
✓
✓ Adelaike

17.15.2 Imputação de subsídios

Imputação anual dos subsídios atribuídos pelo Município de Lagoa referente à construção da creche (2005) e a aquisição do edifício sede bloco 97 (2017).

17.15.3 Reembolsos

Reembolso da companhia de seguro relativamente a sinistros com utentes.

17.15.4 FES – Cabazes alimentares

Devido ao protocolo FES (Fundo de Emergência Social) celebrado com o município de Lagoa, a instituição proporciona cabazes alimentares a municípios carenciados.

Conforme protocolado os cabazes alimentares são valorizados, assim, regista-se o gasto através das compras dos bens alimentares e compensa-se o rendimento pela ordem de requisição enviada pela Câmara Municipal de Lagoa.

A instituição neste processo é mera intermediária.

17.15.5 Outros não especificados

Insignificantes rendimentos provenientes de diversas origens

17.16 Outros gastos

Destaca-se a conta de Impostos que contempla o pagamento do IMI de terrenos doados à instituição, e, a conta de "Correcções a exercícios anteriores", com o registo de regularizações relativas a movimentos datados de anos transactos.

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.205,49€	558,47€
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00€	0,00€
Incobráveis	0,00€	0,00€
Perdas em inventários	0,00€	0,00€
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00€	0,00€
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00€	0,00€
Gastos em investimentos não financeiros	0,00€	0,00€
Outros Gastos	1.632,75€	170,74€
Total	2.838,24€	729,21€

17.17 Resultados Financeiro

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00€	0,00€
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00€	0,00€
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.406,77€	2.825,78€
Dividendos obtidos	0,00€	0,00€
Outros Rendimentos similares	0,00€	0,00€
Total	1.406,77€	2.825,78€
Resultados Financeiros	1.406,77€	2.825,78€

2.
6.
W.
Adelaide

Devido à conjuntura actual, e tendo em conta o ano que se aproxima, esforça-se a direcção desta instituição através dos recursos que dispõe, diligenciar junto do sector bancário condições favoráveis, no sentido de obter o máximo de rendimentos provenientes de juros, lamentavelmente as taxas são muito reduzidas.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção e em Assembleia Geral.

18 Considerações finais

Analizando a realidade social e económica que se verifica actualmente, a economia nacional regista mais um ano de estagnação económica. Tendo em conta este factor foi indispensável por parte da direcção uma gestão prudente.

Após a análise de todos os mapas fundamentais à apresentação de contas relativamente ao exercício de 2017, verificou-se que a direcção atingiu os seus objectivos.

Através de uma administração cautelosa, zelou pelos interesses da instituição sem negligenciar a qualidade imprescindível que distingue nos serviços que presta aos utentes e à população envolvente.

Destaca-se o apoio por parte do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro e do Município de Lagoa.

Evidencia-se igualmente a instituição Cooperativa de Construção e Habitação Económica Che Lagoense, pelo seu incondicional apoio, ao longo destes anos.

Na sequência de todos os mapas apresentados e analisados, justifica-se o resultado líquido negativo apurado no valor de 65.431,93€.

A Direcção propõe que o resultado líquido do período seja aplicado em resultados transitados.

Para terminar a direcção expressa agradecimentos a todas as entidades públicas e privadas, associados e particulares, funcionários e colaboradores que deram o seu contributo valioso para a manutenção e bom funcionamento desta instituição.

Parchal, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

CC 8375

A Direcção

Rita Fernandes

Manuela Sá

Rita Ribeiro

Henrique António da Silva Correia
Maria Adelaide Oliveira